

EBSERH

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

300 Questões Comentadas
Conhecimentos Básicos

Questões Gabaritadas

1. Língua Portuguesa	17
2. Legislação EBSERH	49
3. Políticas Públicas de Saúde e Educação	69
4. Noções De Administração Pública E Direito Administrativo (Área Administrativa)	107

DE OLHO NA BANCA: FGV

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é uma das principais organizadoras de concursos públicos no Brasil, sendo reconhecida por sua abordagem criteriosa, enunciados complexos e exigência de alto nível de interpretação e análise crítica. Fundada em 1944, a FGV é uma instituição voltada para a pesquisa e o ensino superior, com forte influência na formulação de políticas públicas e na gestão administrativa do país. Sua atuação na área de concursos tem consolidado a reputação da banca como uma das mais exigentes e técnicas do cenário nacional, preparando candidatos para desafios que vão muito além da simples memorização de conteúdos.

Diferente de outras organizadoras, a FGV se destaca pelo nível de dificuldade e pela complexidade dos enunciados de suas provas. Suas questões são frequentemente longas e exigem do candidato um alto nível de concentração, leitura atenta e capacidade de interpretação. Essa característica se manifesta de forma evidente nas provas de Língua Portuguesa e Direito, onde a banca apresenta textos extensos e argumentativos, demandando dos candidatos não apenas conhecimento gramatical ou normativo, mas também a capacidade de análise crítica e aplicação do conteúdo em situações práticas.

A metodologia da FGV não se limita à cobrança de conceitos de forma isolada, mas busca avaliar o domínio do candidato sobre os temas de maneira integrada, estimulando o raciocínio lógico e a conexão entre diferentes áreas do conhecimento. Essa característica está presente especialmente em disciplinas como Direito, Administração, Economia e Contabilidade, onde as questões frequentemente contextualizam problemas reais do setor público ou privado, exigindo do candidato uma postura analítica e resolutive. Além disso, em disciplinas como Matemática e Raciocínio Lógico, é comum a presença de problemas complexos que demandam não apenas o domínio da teoria, mas também a aplicação prática e estratégica dos conhecimentos.

Outro aspecto relevante da FGV é a variabilidade de seus concursos. Diferente de bancas como a Cebraspe, que possuem um modelo de prova mais padronizado, a FGV adapta o estilo das suas questões de acordo com o perfil do cargo e da instituição contratante. Essa flexibilidade pode ser um desafio para os candidatos, pois significa que não há um padrão único de provas, tornando essencial a análise das edições anteriores do mesmo concurso para compreender a abordagem específica adotada pela banca naquela seleção.

Além disso, a FGV é conhecida por sua exigência em provas discursivas. Em concursos que incluem essa etapa, os candidatos precisam demonstrar não apenas conhecimento técnico, mas também uma argumentação sólida, estruturada e coerente. A banca valoriza a capacidade do candidato de expor suas ideias com clareza e objetividade, sendo bastante rigorosa na avaliação da coesão textual, uso adequado da norma culta da língua portuguesa e fundamentação teórica das respostas. Em concursos jurídicos, por exemplo, espera-se que o candidato não apenas cite dispositivos legais, mas que também demonstre compreensão doutrinária e jurisprudencial sobre o tema.

A seriedade e o nível técnico da FGV fazem com que suas provas sejam temidas por muitos candidatos, mas também tornam a preparação para seus concursos uma oportunidade de desenvolvimento acadêmico e profissional. Ao estudar para uma prova da FGV, o candidato não apenas revisa conteúdos, mas também aprimora habilidades essenciais como leitura crítica, argumentação e raciocínio lógico. Compreender a estrutura da banca e sua forma de elaborar questões é um passo fundamental para enfrentar a prova com maior segurança e conquistar uma boa classificação.

Nos próximos tópicos, exploraremos mais detalhadamente a estrutura das provas, o formato das questões, os critérios de avaliação e as estratégias mais eficazes para se preparar para um concurso organizado pela FGV.

ESTRUTURA DAS PROVAS

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) adota um modelo de prova que se caracteriza pelo alto nível de complexidade e exigência, estruturando suas avaliações de forma a testar não apenas o conhecimento teórico do candidato, mas também sua capacidade analítica, interpretativa e de aplicação prática dos conteúdos. A organização das provas varia conforme o certame e o cargo pretendido, mas existem padrões recorrentes que podem ser identificados na maioria das seleções conduzidas pela banca.

MODELO DE QUESTÕES

A FGV trabalha predominantemente com questões de múltipla escolha, normalmente com cinco alternativas (A, B, C, D e E), das quais apenas uma é a correta. Esse modelo exige do candidato atenção redobrada, pois as alternativas são formuladas de maneira a induzir ao erro aqueles que não dominam o conteúdo ou que não analisam a questão com profundidade.

Outro diferencial da banca é o uso frequente de distratores muito similares à resposta correta, exigindo que o candidato tenha um conhecimento bem consolidado e consiga identificar pequenos detalhes que diferenciam a alternativa correta das demais. Essa característica é especialmente notável em disciplinas como Direito, Língua Portuguesa e Contabilidade, onde um termo específico ou uma interpretação ligeiramente diferente pode ser decisiva para a escolha da alternativa correta.

Além das questões objetivas, a FGV também aplica, em determinados concursos, provas discursivas e redações, que possuem grande peso na nota final e avaliam, além do conhecimento técnico, a clareza, a coesão textual e a capacidade argumentativa do candidato.

ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS

A estrutura das provas da FGV é adaptada conforme o concurso e o órgão contratante. No entanto, em geral, os exames são organizados da seguinte maneira:

Tipo de Disciplina	Características
Conhecimentos Básicos	Incluem Língua Portuguesa, Matemática, Informática e Atualidades. Normalmente, são aplicadas a todos os cargos e podem ter peso diferenciado.
Conhecimentos Específicos	Variam conforme o cargo e costumam ter um nível de exigência superior. Incluem disciplinas técnicas da área do concurso, como Direito, Administração, Contabilidade, Economia e Engenharia.
Provas Discursivas ou Redação	Aplicadas em concursos de nível superior e em alguns de nível médio, exigindo argumentação estruturada, domínio da norma culta da língua e embasamento técnico.

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E CORREÇÃO

A metodologia de correção das provas da FGV também segue um padrão rigoroso, especialmente nas questões discursivas e redações. Os critérios mais comuns incluem:

1. Objetividade na correção das questões objetivas

- Não há anulação de acertos por erros, como ocorre na banca Cebraspe.
- A pontuação é calculada de forma direta, somando-se os acertos e aplicando-se o peso de cada questão ou disciplina.

2. Avaliação discursiva e de redação

- A correção é pautada em critérios técnicos, priorizando clareza, coerência e objetividade.
- Em provas jurídicas, a banca valoriza a fundamentação em doutrina, legislação e jurisprudência.
- O candidato deve demonstrar conhecimento aprofundado e capacidade de argumentação lógica e coesa.

3. Peso das disciplinas

- Em muitos concursos, os conhecimentos específicos possuem um peso maior, sendo determinantes para a aprovação.
- Algumas provas estabelecem notas mínimas por disciplina, impedindo a aprovação de candidatos que tenham um desempenho muito baixo em alguma área, mesmo que a nota final seja alta.

TEMPO DE PROVA E GESTÃO DO TEMPO

A FGV, em geral, disponibiliza de 3 a 5 horas para a realização da prova, dependendo do concurso. Como os enunciados das questões costumam ser extensos e exigir um alto nível de interpretação e raciocínio, a gestão do tempo é um fator crítico para o sucesso.

Uma boa estratégia é dividir o tempo da seguinte maneira:

- 30% do tempo: Questões objetivas mais fáceis e rápidas.
- 40% do tempo: Questões que exigem maior análise e interpretação.
- 20% do tempo: Revisão das respostas e atenção especial a questões com cálculos.

- 10% do tempo: Prova discursiva ou redação (se aplicável).

Essa divisão pode ser ajustada conforme a dificuldade percebida durante a prova e o perfil do candidato. O ideal é que, durante os estudos, sejam realizados simulados para identificar o tempo médio gasto em cada questão e melhorar a eficiência na resolução.

A estrutura das provas da FGV reflete o alto nível de exigência da banca e sua preocupação em selecionar candidatos bem preparados, com domínio técnico e capacidade analítica. Para enfrentar um exame da FGV, é essencial conhecer o formato da prova, compreender a distribuição das disciplinas, treinar com questões anteriores e desenvolver estratégias eficazes de gestão do tempo. Nos próximos tópicos, abordaremos mais detalhes sobre as características das questões e os critérios de avaliação adotados pela banca.

CARACTERÍSTICAS DAS QUESTÕES

As questões elaboradas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) possuem características marcantes que as diferenciam das provas aplicadas por outras bancas organizadoras. Seu principal diferencial está no alto nível de exigência, na complexidade dos enunciados e na necessidade de interpretação aprofundada. O candidato que deseja se destacar em um concurso organizado pela FGV precisa estar preparado para lidar com enunciados extensos, alternativas muito similares e conteúdos que exigem aplicação prática do conhecimento.

EXTENSÃO E COMPLEXIDADE DOS ENUNCIADOS

Uma das características mais evidentes das provas da FGV é o uso de enunciados longos e detalhados. Em muitas disciplinas, especialmente Língua Portuguesa e Direito, os textos apresentados exigem uma leitura atenta e criteriosa para que o candidato compreenda exatamente o que está sendo cobrado.

Os enunciados costumam seguir um padrão que inclui:

- Cenário contextualizado: Muitas questões começam com uma breve introdução situacional, apresentando um problema prático ou um contexto no qual o conhecimento do candidato será testado.
- Uso de textos auxiliares: Trechos de leis, doutrinas, decisões judiciais, artigos científicos e reportagens podem ser utilizados como base para a formulação da questão.
- Cobrança de múltiplas habilidades: Além do conhecimento teórico, a banca exige interpretação textual, raciocínio lógico e aplicação prática do conteúdo.

Exemplo típico de enunciado da FGV:

“Em determinada cidade, a prefeitura implementou um programa de isenção fiscal para pequenas empresas, conforme previsto na legislação municipal. No entanto, um empresário questionou a legalidade da medida com base no princípio da igualdade tributária previsto na Constituição Federal. Considerando esse cenário, assinale a alternativa que apresenta a interpretação correta à luz do Direito Tributário brasileiro.”

Esse tipo de questão exige que o candidato tenha domínio do conteúdo e consiga aplicá-lo a uma situação real, o que demanda uma preparação mais aprofundada e a prática contínua com esse formato de perguntas.

USO DE DISTRATORES E ALTERNATIVAS ENGANOSAS

Outro fator que torna as provas da FGV desafiadoras é o cuidado na formulação das alternativas. A banca frequentemente utiliza distratores extremamente próximos da resposta correta, o que exige atenção redobrada do candidato. Pequenas diferenças semânticas ou detalhes técnicos podem determinar se uma alternativa está correta ou não.

- Alternativas que parecem corretas à primeira vista: Algumas opções podem conter informações verdadeiras, mas que não respondem exatamente ao que foi perguntado no enunciado.
- Pequenas alterações que mudam o sentido: Termos como “sempre”, “nunca”, “exclusivamente”, “obrigatoriamente”, entre outros, são usados para induzir ao erro.
- Referências a conceitos parecidos, mas distintos: Na área do Direito, por exemplo, a banca pode apresentar dois princípios jurídicos similares, exigindo que o candidato diferencie corretamente cada um.

INTERDISCIPLINARIDADE E APLICAÇÃO PRÁTICA

As provas da FGV costumam integrar diferentes áreas do conhecimento em uma única questão. Esse modelo de cobrança aparece, por exemplo, em concursos para carreiras jurídicas, onde o candidato precisa relacionar princípios constitucionais com normas infraconstitucionais, jurisprudência e doutrina.

Outro aspecto relevante é a aplicação prática dos conceitos. Em disciplinas como Administração, Economia e Contabilidade, é comum que as questões tragam situações reais enfrentadas por gestores e administradores públicos, exigindo que o candidato demonstre sua capacidade de tomar decisões com base em informações concretas.

Exemplo de interdisciplinaridade:

“Um gestor público deseja implementar um novo modelo de governança em sua secretaria, visando aumentar a transparência e a eficiência administrativa. Considerando os princípios da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal e os conceitos de gestão estratégica, assinale a alternativa correta sobre a melhor abordagem a ser adotada.”

Essa estrutura exige que o candidato tenha uma visão abrangente do conteúdo e consiga relacionar conceitos teóricos com aplicações práticas, tornando o estudo mais desafiador.

Tipos de Questões por Disciplina

A FGV adapta o estilo de suas questões de acordo com a disciplina avaliada. Algumas das principais características por área são:

Disciplina	Características
Língua Portuguesa	Enunciados longos, foco em interpretação de textos, gramática aplicada e compreensão semântica.
Matemática e Raciocínio Lógico	Problemas complexos, exigindo cálculos detalhados e raciocínio sequencial.
Direito	Questões baseadas em legislação, doutrina e jurisprudência, com casos práticos.
Administração e Gestão	Aplicação de conceitos administrativos em cenários do setor público e privado.
Contabilidade e Finanças	Cálculos contábeis, análise de balanços e interpretação de normas.

Cada disciplina apresenta desafios específicos, o que torna essencial o estudo direcionado para o perfil da prova e a prática com questões anteriores.

ESTRATÉGIAS PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DA FGV

Diante da complexidade das provas da FGV, algumas estratégias podem ser adotadas para melhorar o desempenho:

1. Leia o enunciado com atenção

- Antes de analisar as alternativas, compreenda exatamente o que está sendo pedido.
- Identifique palavras-chave e termos que possam indicar pegadinhas ou direcionar a resposta correta.

2. Elimine alternativas incorretas

- Muitas vezes, é possível descartar uma ou mais opções logo de início, aumentando as chances de acerto.
- Observe detalhes que possam invalidar uma alternativa, como generalizações excessivas ou informações contraditórias.

3. Gerencie o tempo de prova

- Como os enunciados são longos, não gaste tempo excessivo em uma única questão.
- Caso tenha dúvida, marque a questão e retorne a ela após concluir as demais.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FGV - 2023

Assinale a frase em que o sujeito e o agente coincidem.

- (A) O mendigo foi atropelado por um carro em alta velocidade.
- (B) As ondas viraram o barco dos turistas.
- (C) A covid-19 matou muitas pessoas.
- (D) O trabalho é mantido por doações anônimas.
- (E) Os exercícios, todos os alunos os fizeram.

2. FGV - 2023

Foi prevenido aos candidatos deste concurso que as informações gramaticais do conteúdo programático seriam consideradas sob o ponto de vista textual.

Nesse caso, assinale a opção em que a preposição “a” tem seu papel textual corretamente identificado.

- (A) Introduzir um objeto direto preposicionado: *Amar a Deus sobre todas as coisas.*
- (B) Introduzir um objeto indireto: *Chegar à eternidade na flor da idade.*
- (C) Preceder um complemento nominal: *Decidiu entregar à sorte a sua decisão.*
- (D) Introduzir um adjunto adverbial: *Deu bom-dia a todos os presentes.*
- (E) Evitar a ambiguidade na frase: *O turista cumpriu a todos os presentes.*

3. FGV - 2024

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado mostra função sintática **diferente** da dos demais.

- (A) Nem todas as pessoas dormem tranquilas.
- (B) Os trabalhos apressados ficam imperfeitos.
- (C) Os bons livros esgotam rapidamente.
- (D) Alguns policiais tornam-se agentes eficientes.
- (E) As máquinas modernas nem sempre são úteis.

4. FGV - 2023

Texto

Como ensinar a ler

Se eu fosse ensinar a uma criança a arte da jardinagem, não começaria com as lições das pás, enxadas e tesouras de podar. Eu a levaria a passear por parques e jardins, mostraria flores e árvores, falaria sobre suas maravilhosas simetrias e perfumes; a levaria a uma livraria para que ela visse, nos livros de arte, jardins de outras partes do mundo. Aí, seduzida pela beleza dos jardins, ela me pediria para ensinar-lhe as lições das pás, enxadas e tesouras de podar.

Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música, não começaria com partituras, notas e pautas. Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe falaria sobre os instrumentos que fazem a música. Aí, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria que lhe ensinasse o mistério daquelas bolinhas pretas escritas sobre cinco linhas. Porque as bolinhas pretas e as cinco linhas são apenas ferramentas para a produção da beleza musical. A experiência da beleza tem de vir antes.

Se fosse ensinar a uma criança a arte da leitura, não começaria com as letras e as sílabas. Simplesmente leria as histórias mais fascinantes que a fariam entrar no mundo encantado da fantasia. Aí então, com inveja dos meus poderes mágicos, ela desejaria que eu lhe ensinasse o segredo que transforma letras e sílabas em histórias.

É muito simples. O mundo de cada pessoa é muito pequeno. Os livros são a porta para um mundo grande. Pela leitura vivemos experiências que não foram nossas e então elas passam a ser nossas. Lemos a história de um grande amor e experimentamos as alegrias e dores de um grande amor. Lemos histórias de batalhas e nos tornamos guerreiros de espada na mão, sem os perigos das batalhas de verdade. Viajamos para o passado e nos tornamos contemporâneos dos dinossauros. Viajamos para o futuro e nos transportamos para mundos que não existem ainda. Lemos as biografias de pessoas extraordinárias que lutaram por causas bonitas e nos tornamos seus companheiros de lutas. Lendo, fazemos turismo sem sair do lugar. E isso é muito bom.

ALVES, Rubem, *Ostra feliz não faz pérola*. Ed. Planeta do Brasil Ltda. São Paulo. 2021.

Nas opções a seguir foram sublinhadas orações adjetivas e propostas mudanças dessas orações por uma construção nominal. Assinale a opção em que essa substituição está **inadequada**.

- (A) Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música, não começaria com partituras, notas e pautas. Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe falaria sobre os instrumentos que fazem a música / musicais.
- (B) Se fosse ensinar a uma criança a arte da leitura, não começaria com as letras e as sílabas. Simplesmente leria as histórias mais fascinantes que a fariam entrar no mundo encantado da fantasia / fantásticas.
- (C) Aí então, com inveja dos meus poderes mágicos, ela desejaria que eu lhe ensinasse o segredo que transforma letras e sílabas em histórias / transformista de letras e sílabas em histórias.
- (D) É muito simples. O mundo de cada pessoa é muito pequeno. Os livros são a porta para um mundo grande. Pela leitura vivemos experiências que não foram nossas e então elas passam a ser nossas / alheias.
- (E) Viajamos para o futuro e nos transportamos para mundos que não existem ainda. Lemos as biografias de pessoas extraordinárias que lutaram por causas bonitas e nos tornamos seus companheiros de lutas / futuristas.

5. FGV - 2023

Todos os pensamentos abaixo trazem orações adjetivas destacadas; a opção em que essa oração foi substituída por um adjetivo de forma adequada, é:

- (A) Uma ideia medíocre que desperta entusiasmo irá mais longe que uma grande ideia que não inspira entusiasmo algum / motivadora;
- (B) Nosso grande erro é tentar obter de cada um as virtudes que não possuem e desdenhar o aprimoramento das que possuem / encarecedoras;
- (C) A única coisa que vem sem esforço é a idade / inevitável;
- (D) Há mais pessoas que desistem do que pessoas que fracassam / desestimuladas;
- (E) Não se pode confiar em quem não confia em ninguém / nos confiantes.

6. FGV - 2023

O adjetivo pode ser substituído por algumas outras palavras ou estruturas de valor equivalente.

Assinale a frase em que a adjetivação relacionada ao substantivo sublinhado é realizada por meio de uma oração desenvolvida.

- (A) O homem que se vende recebe sempre mais do que vale.
- (B) Os lutadores determinados a vencer são adversários difíceis.
- (C) Não confie nas mulheres de mais de quarenta anos.
- (D) Os livros escritos no Romantismo são sentimentais.
- (E) As frutas alimentam o corpo e a alma.

7. FGV - 2024

Texto – A bananeira está em perigo. Conheça as soluções. (Fragmento; adaptado)

Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo. Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasar a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.

Por Bruno Garattoni, Renata Cardoso e Leonardo Pujol
Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado. O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado, do seu déficit cognitivo (só começou a falar aos 4 anos de idade) e dos muitos problemas de saúde que enfrentou ao longo da vida.

A bananeira é o oposto disso. Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: a banana é a fruta mais consumida do mundo, com 125 milhões de toneladas produzidas por ano [...].

Carlos II foi o resultado de uma série de casamentos consanguíneos, em que os membros da dinastia Habsburgo tiveram filhos entre si ao longo de várias gerações. [...] Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças.

[...]

A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir. E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.

Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior. Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes, cuja mistura aperfeiçoa o DNA e ajuda a proteger contra doenças. As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.

E já existe um: o *Fusarium oxysporum*. Trata-se de um fungo que se desenvolve no solo, e infecta as raízes das bananeiras, impedindo que elas puxem água e nutrientes. Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.

[...]

O preço da banana

[...]

A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático. Acredita-se que, entre 7 mil e 5 mil a.C., os nativos da Papua-Nova Guiné teriam feito cruzamentos e domesticado as bananeiras selvagens (cheias de sementes duras, de quebrar os dentes). E voilà: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.

Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes: trata-se de óvulos não fecundados. Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.

[...]

Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...].

Foi quando ela chegou aos EUA, contudo, que a coisa mudou de patamar. [...] Em menos de duas décadas, os americanos já estavam comendo mais bananas do que maçãs ou laranjas. De olho nesse mercado, a Boston Fruit Company começou a comprar terras na América Central para cultivo e exportação da banana a partir de 1885.

Criada em 1899, a United Fruit Company (UFC) – atual Chiquita Brands International – se tornou a maior empresa do setor. Era tão poderosa que, na primeira metade do século 20, mandava nos governos da Guatemala e de Honduras, onde mantinha plantações – foi daí que surgiu a expressão “república das bananas”.

[...]

Em 1951, Juan Jacobo Árbenz Guzmán, de apenas 38 anos, foi eleito presidente da Guatemala com a promessa de fazer duas reformas: uma trabalhista e outra agrária, que garantissem salários justos e devolvessem parte da terra aos pequenos agricultores.

A United Fruit, obviamente, não gostou. Se opôs duramente ao novo governo, e em agosto de 1953 conseguiu convencer o presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, a patrocinar um golpe de estado na Guatemala.

A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens, liderados pelo coronel guatemalteco Carlos Castillo Armas, e também organizou um bloqueio naval.

As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar. A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos. E a United retomou seu poder. [...]

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-futuro-da-banana>

“Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes [...]”

Tipicamente, uma oração condicional expressa uma condição que precisa ser satisfeita para que uma determinada situação seja verdadeira. Na passagem acima, porém, isso não ocorre, o que caracteriza um uso não convencional da oração condicional.

A alternativa em que se verifica um uso não convencional, análogo ao da passagem acima, da oração condicional é:

- (A) Eu, caso ganhe na loteria, darei a volta ao mundo;
- (B) Se você estiver com fome, tem comida na geladeira;
- (C) Se acaso você viesse, eu não me conteria de felicidade;
- (D) Vou ajudá-lo com essa tarefa, ainda que você não mereça;
- (E) Posso até ir com você, mas desde que você se comporte.

8. FGV - 2023

A frase abaixo em que NÃO está presente qualquer oração de valor condicional, é:

- (A) Eu sou realmente fácil de lidar, uma vez que as pessoas aprendam a me venerar;
- (B) Um megalômano é um homem que pensa que se ele não tivesse nascido, o mundo precisaria saber por quê;
- (C) O mundo não gira em torno de você... Só quando você bebe demais;
- (D) Caso o diabo pense que pode fazer as pessoas piores, ele é um otimista;
- (E) Dê autoridade a um homem, desde que você queira conhecê-lo verdadeiramente.

9. FGV - 2023

Os escritores estabelecem relações lógicas entre as ideias apresentadas por meio de palavras de ligação, claras, ou por meio de conexões implícitas.

A frase abaixo que mostra uma relação de concessão implícita, é:

- (A) A ciência procura encontrar lógica e simplicidade na natureza. A matemática procura estabelecer ordem e simplicidade no pensamento humano;
- (B) É com esse intuito que os filósofos dizem que a natureza nada faz em vão, pois a natureza se apraz com a simplicidade e não afeta a pompa de causas superfluas;
- (C) Não existe nada tão sutil e abstruso que, tendo sido alguma vez tornado mais simples, inteligível e comum, não possa ser assimilado pela mais vagarosa inteligência;
- (D) Quem quer que tenha algo verdadeiro a dizer se expressa de modo simples. A simplicidade é o selo da verdade;
- (E) A consciência, tendo algum controle sobre as ações humanas, não consegue evitar todos os crimes.

10. FGV - 2024

Assinale a frase em que uma oração reduzida foi substituída por uma oração desenvolvida adequada.

- (A) É preciso rir antes de ser feliz, por medo de morrer sem ter sido / sem que tivesse sido.
- (B) O que falta a muita gente para ser feliz é ter sido infeliz / para que seja feliz.
- (C) Parte indispensável da felicidade é ficar sem algumas coisas que você quer / que se ficasse sem algumas coisas.
- (D) Seria preferível vender a alma a não saber alegrá-la / que se venda a alma.
- (E) Nessa guerra, bastou um minuto para fazer um herói / para que se faça um herói.

11. FGV - 2024**Texto 1****Platão**

Diotima – Qual é, Sócrates, na sua opinião, a causa deste amor, deste desejo? Você já observou em que estranha crise se encontram todos os animais, os que voam e os que marcham, quando são tomados pelo desejo de procriar? Como ficam doentes e possuídos de desejo, primeiro no momento de se ligarem, depois, quando se torna necessário alimentar os filhos? [.] Tanto no caso dos humanos como no dos animais, a natureza mortal busca, na medida do possível, perpetuar-se e imortalizar-se

Apenas desse modo, por meio da procriação, a natureza mortal é capaz da imortalidade, deixando sempre um jovem no lugar do velho. [.] Pois saiba, Sócrates, que o mesmo vale para a ambição dos homens. Você fica assombrado com a sua misteriosa irracionalidade, a não ser que compreenda o que eu disse, e reflita sobre o que se passa com eles quando são tomados pela ambição e pelo desejo de glória eterna. É pela fama, mais ainda que por seus filhos, que eles se dispõem a encarar todos os riscos, suportar fadigas, esbanjar fortunas e até mesmo sacrificar suas vidas. [.] Aqueles cujo instinto criador é físico recorrem de preferência às mulheres e revelam seu amor dessa maneira, acreditando que pela geração de filhos podem se assegurar da imortalidade e de uma recordação perene de si. Mas existem alguns cujo instinto criador se aloja na alma e que desejam procriar não pelo corpo, mas espiritualmente, gerando filhos que são próprios da natureza da alma conceber e dar à luz. E o que é próprio da natureza da alma procriar? A sabedoria e as virtudes em geral, cujos progenitores são os poetas e os criadores fecundos.

(Platão, século IV a. C.)

Nos segmentos textuais listados a seguir há orações reduzidas de infinitivo.

Assinale a forma em que essa forma foi transformada em uma oração desenvolvida de forma **inadequada**.

- (A) “quando são tomados pelo desejo de procriar” / quando são tomados pelo desejo de que procriação.
- (B) “quando se torna necessário alimentar os filhos?” / quando se torna necessário que alimentem os filhos?
- (C) “. a natureza mortal busca, na medida do possível, perpetuar-se” / a natureza mortal busca, na medida do possível, que se perpetue”.
- (D) “. desejam procriar não pelo corpo” / desejam que procriem não pelo corpo.
- (E) “. que são próprios da natureza da alma conceber” / que são próprios que a natureza da alma conceba.

12. FGV - 2024

Assinale a opção em que a modificação de uma oração reduzida para uma desenvolvida tenha sido feita de forma adequada.

- (A) Não é preciso muito para ser um produtor de coelhos. Você coloca um casal numa gaiola e é tudo. / para que se fosse.
- (B) É raro alguém querer ouvir aquilo que não quer ouvir. / que alguém queira ouvir aquilo.
- (C) Para fazer fortuna, não é necessário ter talento; basta não ter correção. / Para que se faça, a posse de talento, não ser correto.

LEGISLAÇÃO EBSEERH

1. (2022)

A Lei nº 12.550/2011 aborda as competências da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEERH). Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente **incorretamente** uma competência da EBSEERH:

- (A) Administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS
- (B) Prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres
- (C) Homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental e sanitária
- (D) Prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas
- (E) Prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social

2. (2022)

Acerca das disposições da Lei nº 12.550/2011 sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEERH), assinale a alternativa **incorreta**:

- (A) A EBSEERH tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal
- (B) A EBSEERH pode manter escritórios, representações, dependências e filiais em outras unidades da Federação
- (C) A EBSEERH está autorizada pela lei a criar subsidiárias para o desenvolvimento de atividades inerentes ao seu objeto social

- (D) A EBSEERH tem seu capital social dividido entre pessoas de direito público e privado que comprovem o desenvolvimento de ações na área da saúde
- (E) É dispensada a licitação para a contratação da EBSEERH pela administração pública para realizar atividades relacionadas ao seu objeto social

3. (2022)

Acerca dos recursos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEERH), segundo o disposto na Lei nº 12.550/2011, analise as afirmativas abaixo:

I. O lucro líquido da EBSEERH será reinvestido para atendimento do objeto social da empresa, excetuadas as parcelas decorrentes da reserva legal e da reserva para contingência.

II. Constituem recursos da EBSEERH os oriundos de dotações consignadas no orçamento da União.

III. Constituem recursos da EBSEERH as receitas decorrentes das aplicações financeiras que realizar.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- (C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
- (E) Apenas a afirmativa I está correta

4. (2022)

A Lei nº 12.550/2011 autorizou o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEERH). Sobre o assunto, assinale a natureza jurídica **correta** da EBSEERH.

- (A) Sociedade Empresarial
- (B) Fundação Pública
- (C) Sociedade de Economia Mista
- (D) Empresa Pública
- (E) Autarquia

5. (2020)

Leia abaixo o Art. 6º da Lei nº 12.550/2011.

“A EBSERH, respeitado o princípio da autonomia _____, poderá _____ os serviços relacionados às suas competências mediante contrato com as instituições _____ de ensino ou instituições congêneres”. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) hospitalar / prestar / privadas
- (B) hospitalar / prestar / públicas
- (C) universitária / prestar / federais
- (D) universitária / negar / federais
- (E) universitária / prestar / privadas

6. (2020)

Leia abaixo o inciso IV do Art. 4º da Legislação EBSERH.

“Cabe a EBSERH prestar serviços de apoio à geração do _____ em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais _____ federais e a outras instituições congêneres”. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- (A) envolvimento / universitários
- (B) envolvimento / particulares
- (C) conhecimento / universitários
- (D) conhecimento / particulares
- (E) momento / universitários

7. (2020)

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) é um órgão público e vinculado ao Ministério da Educação, responsável pela gestão do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais. Em relação à criação da EBSERH, assinale a alternativa correta.

- (A) Foi criado por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011
- (B) Foi criado por meio da Lei nº 11.550, de 15 de dezembro de 2011
- (C) Foi criado por meio da Lei nº 12.550, de 12 de dezembro de 2011
- (D) Foi criado por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2012
- (E) Foi criado por meio da Lei nº 11.550, de 15 de dezembro de 2012

8. (2020)

Leia abaixo o Artigo 3º da Legislação EBSERH.

A EBSERH terá por finalidade a prestação de serviços _____ de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições _____ de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da _____, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas

- (A) privados / públicas federais / saúde pública
- (B) privados / públicas federais / alta complexidade
- (C) gratuitos / públicas federais / saúde pública
- (D) gratuitos / privadas federais / saúde pública
- (E) gratuitos / públicas federais / alta complexidade

9. (2020)

De acordo com os termos da Lei Federal nº 12.550/2011, que trata da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, é **correto** afirmar que

- (A) a EBSERH possui personalidade jurídica de direito público, com patrimônio destinado pela União, e está vinculada ao Ministério da Saúde.
- (B) a integralização do capital social será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas da União, bem como pela incorporação de qualquer espécie de bens e direitos suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- (C) no desenvolvimento de suas atividades de assistência à saúde, a EBSERH observará as orientações emanadas sobre saúde pelo Ministério da Educação.
- (D) compete à EBSERH elaborar os planos de educação e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres que tenham vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade.
- (E) é indispensável a licitação para a contratação da EBSERH pela administração pública para realizar atividades relacionadas ao seu objeto social

10. (2020)

Considerando o disposto, expressamente, na Lei nº 12.550/2011, é correto afirmar que a EBSEERH

- (A) é um órgão administrativo pertencente à estrutura interna do Ministério da Educação.
- (B) tem sua sede e foro em Brasília, no Distrito Federal, e não poderá ter escritório, representação ou filiais em outras unidades da Federação.
- (C) é dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Saúde, com prazo de duração indeterminado.
- (D) exerce atividades de prestação de serviços de assistência à saúde e estarão inseridas integral e exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
- (E) não terá direito ao ressarcimento das despesas com o atendimento de consumidores e respectivos dependentes de planos privados de assistência à saúde.

11. (2020)

Na hipótese de uma instituição pretender contratar os serviços da EBSEERH, a Lei nº 12.550/2011 estabelece que a contratação

- (A) poderá ser efetivada por órgãos da Administração Pública, para realizar atividades relacionadas ao objeto social da EBSEERH, sendo obrigatória a licitação.
- (B) poderá ser efetivada com as universidades ou administradoras de planos de saúde, desde que tenha autonomia para cobrar pelos seus serviços.
- (C) firmada deve ser divulgada amplamente por intermédio dos sítios da EBSEERH e da entidade contratante na internet.
- (D) poderá se destinar à prestação de serviços de apoio à gestão de hospitais universitários e federais, vedada a contratação por outras instituições, ainda que congêneres.
- (E) poderá ser concretizada com instituições públicas, da mesma área de atuação, sendo vedadas a essas instituições ceder servidores à EBSEERH para o exercício das atividades contratadas.

12. (2020)

A respeito da prestação de serviços por parte da EBSEERH, a Lei Federal nº 12.550/2011 estabelece que

- (A) é permitida, de forma gratuita ou onerosa, em favor da comunidade e às instituições públicas de ensino.
- (B) suas atividades devem estar inseridas integral e exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
- (C) é permitida, exclusivamente, às instituições públicas federais de ensino.
- (D) não podem ser reembolsados serviços prestados a consumidores e dependentes de planos privados de assistência à saúde.
- (E) é limitada apenas às atividades de apoio ao ensino, pesquisa e formação de pessoas.

13. (2020)

Uma universidade federal contratou a EBSEERH para a prestação de serviço de apoio ao processo de gestão de seu hospital universitário, nos termos da Lei Federal nº 12.550/2011. Nessa hipótese, se a EBSEERH quiser fazer constar no referido contrato que a universidade cederá servidor de seu quadro efetivo para ela, para exercer atividades relacionadas ao objeto do contrato, é correto afirmar que essa cessão

- (A) não é permitida, uma vez que a Lei veda que servidores da contratada possam trabalhar com a EBSEERH nessa situação.
- (B) não é permitida em razão de o objeto do contrato firmado ser da área administrativa e não da área da saúde.
- (C) somente seria permitida se o servidor fosse ocupante de cargo em comissão, e não de cargo efetivo.
- (D) é permitida por lei e poderá constar do referido contrato, sendo que o servidor cedido terá assegurados os direitos e vantagens que já recebe.
- (E) é permitida por lei e poderá constar do referido contrato, mas o servidor cedido perderá os direitos e vantagens que recebe na universidade.

14. (2020)

De acordo com o disposto na Lei Federal nº 12.550/2011, é correto afirmar que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH

- (A) deve ser registrada como empresa de capital aberto.
- (B) é uma empresa pública criada na forma de sociedade anônima.
- (C) é vinculada ao Ministério da Saúde.
- (D) tem capital social de propriedade da União e dos Estados.
- (E) tem prazo de duração por tempo indeterminado.

15. (2020)

Na hipótese de algum ente da Administração pública pretender contratar os serviços da EBSERH para realizar atividades relacionadas ao seu objeto social, a Lei Federal nº 12.550/2011 dispõe que

- (A) é obrigatória a licitação.
- (B) deve ser elaborado um contrato com base no Código Civil.
- (C) é dispensada a licitação.
- (D) deve formalizar o contrato em cartório na presença de duas testemunhas.
- (E) deve fazê-lo mediante concorrência pública.

16. (2017)

A Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, autorizou o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, bem como definiu suas competências. No que diz respeito a essas competências definidas pela legislação, analise as afirmativas abaixo, dê valores **Verdadeiro (V)** ou **Falso (F)**.

() Prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas

() Apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o Poder Executivo

() Administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde.)

() Prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** de cima para baixo.

- (A) F, V, F, F
- (B) V, F, V, V
- (C) V, F, V, F
- (D) V, V, V, F
- (E) F, F, V, F

17. (2017)

Em conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, no tocante aos recursos da EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) As receitas decorrentes da alienação de bens e direitos
- (B) Doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado
- (C) As receitas decorrentes dos acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais
- (D) Recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, Estados e Municípios
- (E) As receitas decorrentes dos direitos patrimoniais, tais como aluguéis, foros, dividendos e bonificações

18. (2017)

Com base no que dispõe a Lei Federal nº 12.550/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) O lucro líquido da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) será reinvestido para atendimento do objeto social da empresa, inclusive as parcelas decorrentes da reserva legal e da reserva para contingência.
- (B) O lucro líquido da EBSERH será reinvestido para atendimento do objeto social da empresa, excetuadas as parcelas decorrentes da reserva legal e da reserva para contingência.
- (C) O lucro líquido da EBSERH será integralmente investido em atividades de promoção à assistência social e em hospitais beneficentes, excetuadas as parcelas decorrentes da reserva legal e da reserva para contingência.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

1. FGV - 2023

O decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

As opções a seguir apresentam descrições que estão de acordo com o que prescreve o decreto, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Portas de Entrada – serviços de atendimento inicial à saúde do usuário no SUS.
- (B) Comissões Intergestores – instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos.
- (C) Mapa da Saúde – descrição geográfica das unidades específicas de atenção primária.
- (D) Rede de Atenção à Saúde – conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente.
- (E) Serviços Especiais de Acesso Aberto – serviços de saúde específicos para o atendimento da pessoa que, em razão de agravo ou de situação laboral, necessita de atendimento especial.

2. FGV - 2023

Com base no Decreto nº 7.508/11, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para o falso.

() Considera-se Região de Saúde - espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde;

() A Rede de Atenção à Saúde constitui-se em um conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde;

() São Serviços Especiais de Acesso Aberto, os serviços de saúde específicos para o atendimento da pessoa que, em razão de agravo ou de situação laboral, necessita de atendimento especial.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – F.
- (E) V – F – F.

3. FGV - 2022

As Regiões de Saúde serão instituídas pelo Estado, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT.

De acordo com o texto do Decreto Federal nº 7.508/11, assinale a opção que elenca as ações e serviços que, no mínimo, devem estar contidos na Região de Saúde a ser instituída.

- (A) Atenção primária; urgência e emergência; atenção socioassistencial; atenção ambulatorial especializada; vigilância em saúde.
- (B) Urgência e emergência; atenção primária; atenção socioassistencial; Rede de Atenção à Saúde; vigilância em saúde.
- (C) Urgência e emergência; atenção primária; atenção socioambiental; Rede de Atenção à Saúde; vigilância em saúde.
- (D) Urgência e emergência; atenção primária; atenção socioassistencial; Rede de Atenção à Saúde; vigilância em saúde; Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica.
- (E) Atenção primária; urgência e emergência; atenção psicossocial; atenção ambulatorial especializada e hospitalar; vigilância em saúde.

4. FGV - 2021

Um funcionário foi encaminhado a um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador para receber assistência especializada devido a um agravo relacionado à sua atividade laboral.

Conforme Decreto nº 7.508/11, centros como esse são exemplos de:

- (A) Serviços de Vigilância Laboral;
- (B) Clínicas de Diagnóstico Laboral;
- (C) Hospitais de Saúde Ocupacional;

- (D) Serviços Ambulatoriais Especializados;
(E) Serviços Especiais de Acesso Aberto.

5. FGV - 2021

De acordo com o Decreto nº 7.508/11, o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e aos serviços de saúde deve ser iniciado pelas Portas de Entrada do SUS.

Assinale a opção que indica a uma dessas portas de entrada.

- (A) Serviços de hemodiálise.
(B) Centros de reabilitação motora.
(C) Ambulatórios de especialidade.
(D) Serviços de atenção psicossocial.

6. FGV - 2021

O Decreto nº 7.508/11, que regulamenta a Lei nº 8.080/90, dispõe que “a *Rename* compreende a seleção e a padronização de medicamentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS” e também que “a cada dois anos, o Ministério da Saúde consolidará e publicará as atualizações da *Rename*”.

Com relação a esse tema, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A *Rename* é elaborada atendendo aos princípios fundamentais do SUS, configurando-se como a relação dos medicamentos disponibilizados por meio de políticas públicas e indicados para os tratamentos das doenças e agravos que acometem a população brasileira.

() A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) é responsável pela atualização da *Rename*, de dois em dois anos.

() A Relação Nacional de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica lista os medicamentos fitoterápicos que deverão ser disponibilizados para a atenção básica de saúde, e sua aquisição é de responsabilidade do MS.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente

- (A) V – F – V.
(B) V – V – F.
(C) V – V – V.
(D) F – F – V.

7. FGV - 2023

A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde.

As opções a seguir estão em consonância com o que está previsto na lei, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais.

(B) A representação dos usuários nos Conselhos e Conferências de Saúde terá peso superior ao dos demais segmentos.

(C) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde terão representação no Conselho Nacional de Saúde.

(D) O Conselho de Saúde atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente.

(E) As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo conselho.

8. FGV - 2022

A Lei nº 8.142/90 dispõe, entre outros assuntos, sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o citado diploma normativo, o SUS contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: Conferência de Saúde e Conselho de Saúde.

Nesse contexto, é **correto** afirmar que

(A) o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias, vedado atuar em qualquer controle da execução da política de saúde.

(B) o Conselho de Saúde, em caráter temporário e consultivo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos técnicos.

(C) o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) não terão representação no Conselho Nacional de Saúde, visando à manutenção da autonomia e independência entre as instâncias.

(D) a Conferência de Saúde reunir-se-á anualmente com a representação dos vários segmentos sociais para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Legislativo.

(E) a Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

9. FGV - 2022

De acordo com a Lei nº 8.142/1990, a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências, em relação ao conjunto dos demais segmentos, será

- (A) cumulativa.
- (B) proporcional.
- (C) espacial.
- (D) ilimitada.
- (E) paritária.

10. FGV - 2022

Os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), alocados como cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, serão repassados de forma regular e automática para os Municípios, de acordo com os critérios legalmente previstos. Para receberem tais recursos, os Municípios deverão contar com alguns órgãos e requisitos previstos na lei.

Consoante dispõe a Lei nº 8.142/1990, assinale a opção que **não** contém um desses órgãos ou requisitos.

- (A) Plano de saúde.
- (B) Fundo de saúde.
- (C) Conselho de saúde, sem composição paritária.
- (D) Contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento.
- (E) Comissão de elaboração do plano de carreira, cargos e salários.

11. FGV - 2022

Uma forma da sociedade participar do SUS é através dos Conselhos e Conferências de Saúde.

Sobre esses órgãos é correto afirmar que

- (A) são temporários.
- (B) são facultativos.
- (C) se reúnem a cada 2 anos.
- (D) devem existir em cada esfera de governo.
- (E) na esfera municipal são apenas consultivos.

12. FGV - 2022

A representação dos usuários nos Conselhos e Conferências de Saúde deve ser

- (A) facultativa e restrita às associações de saúde.
- (B) condicionada ao cadastro prévio dos participantes.
- (C) paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.
- (D) focada na representação dos profissionais de saúde.
- (E) decidida em colegiado próprio nas associações comunitárias.

13. FGV - 2022

A base legal do SUS está fundamentada em um conjunto de normas que expressam os elementos básicos que estruturam e organizam o sistema de saúde brasileiro.

A respeito de algumas dessas normas, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() Na Constituição Federal de 1988 a saúde é um dos setores que estruturam a seguridade social, ao lado da previdência e da assistência social (Brasil, 1988).

() A Lei nº 8.142, também conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, dispõe principalmente sobre a organização e regulação das ações e serviços de saúde em todo território nacional (Brasil, 1990).

() A Lei nº 8.080 estabelece o formato da participação popular no SUS e dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde (Brasil, 1990).

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – V.

14. FGV - 2022

O órgão colegiado do Sistema Único de Saúde que é composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários e que atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo, é denominado

- (A) Conselho de Saúde.
- (B) Conferência de Saúde.
- (C) Fundo Nacional de Saúde.

- (D) Conselho Nacional de Secretários de Saúde.
 (E) Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde.

15. FGV - 2022

Os Conselhos de Saúde são órgãos de caráter

- (A) transitório e consultivo.
 (B) contingente e decisório.
 (C) provisório e deliberativo.
 (D) temporário e consultivo.
 (E) permanente e deliberativo.

16. FGV - 2022

A participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) está garantida pela Lei nº 8.142/1990, estabelecendo em seu texto as seguintes providências:

- (A) os conselhos de saúde têm caráter permanente e deliberativo;
 (B) a representação dos trabalhadores do SUS deve ser majoritária nos conselhos de saúde;
 (C) as conferências de saúde devem ocorrer a cada 5 anos, com ampla participação dos diversos segmentos sociais;
 (D) as conferências e conselhos de saúde seguirão regimento único, promulgado pelo presidente da República em exercício;
 (E) o conselho nacional de secretários estaduais de saúde tem prioridade de vagas no conselho nacional de saúde quando em disputa com o segmento dos usuários.

17. FGV - 2022

Os princípios estruturantes do SUS, estabelecidos pelas leis orgânicas da saúde (Leis nº 8.080/1990 e 8.142/1990), constituem as bases para o funcionamento e a organização do sistema de saúde em nosso país, sendo eles:

- (A) liberdade – igualdade – fraternidade;
 (B) universalidade – equidade – integralidade;
 (C) universalidade – equidade – prioridade;
 (D) democracia – humanismo – federalismo;
 (E) descentralização – regionalização – hierarquização.

18. FGV - 2022

Com relação à Lei 8.142/1990, analise as afirmativas a seguir

I. Os recursos do Fundo Nacional de Saúde serão alocados, entre outras formas, como investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.

II. O Conselho de Saúde atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

III. A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos somente com a representação dos profissionais de saúde, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) II, apenas.
 (C) III, apenas.
 (D) I e II, apenas.
 (E) I, II e III.

19. FGV - 2022

Ao tratar da participação da comunidade na gestão do SUS, a Lei nº 8.142 estabelece que a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

No que concerne às Conferências de Saúde e aos Conselhos de Saúde, sua organização e normas de funcionamento são definidas

- (A) pelo presidente de cada conselho em reunião para este fim.
 (B) durante a plenária de instalação de cada evento, com peso diferenciado para os segmentos.
 (C) em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo conselho.
 (D) a partir de consulta prévia à liderança de cada segmento, uma semana antes de cada evento.
 (E) no primeiro dia de reunião, pelos membros de cada conselho

20. FGV - 2022

De acordo com a Lei Federal nº 8.142/90, o SUS conta com as seguintes instâncias colegiadas:

- (A) a Secretaria de Saúde e o Ministério da Saúde.
 (B) a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde.
 (C) a Secretaria de Saúde e o Conselho de Saúde.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO (ÁREA ADMINISTRATIVA)

1. FGV - 2024

A promulgação da Lei nº 14.230/2021 trouxe uma série de mudanças na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

Assinale a opção que apresenta um exemplo de alteração decorrente dessa lei.

- (A) Desenquadramento dos atos na modalidade culposa.
- (B) Desenquadramento dos atos na modalidade dolosa.
- (C) Aumento para cinco categorias de atos de improbidade.
- (D) Eliminação do nepotismo como tipo de ato de improbidade.
- (E) Redução no prazo de prescrição das sanções.

2. FGV - 2024

Em relação aos direitos dos administrados, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, analise as afirmações a seguir:

I. Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.

II. Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

III. Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

O administrado tem o(s) seguinte(s) direito(s) perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

3. FGV - 2024

A Lei nº 9.784/1999 estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

De acordo com essa lei, assinale a opção que aponta como sendo um direito do administrado, sem prejuízo de outros, que lhe sejam assegurados.

- (A) Proceder de modo não temerário.
- (B) Prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- (C) Expor os fatos conforme a verdade.
- (D) Colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- (E) Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores.

4. FGV - 2024

Após assumir um cargo no Ministério da Cultura, João foi informado que atuará, precipuamente, com processos administrativos sujeitos à normativa da Lei no 9.784/1999. Em assim sendo, para melhor desempenhar as suas funções, o servidor público passou a estudar a legislação de regência, em especial os deveres dos administrados perante a Administração.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 9.784/1999, não é um dever do administrado, perante a Administração

- (A) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- (B) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- (C) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- (D) expor os fatos conforme a verdade.
- (E) não agir de modo temerário.

5. FGV - 2024

João, em observância às formalidades legais, deflagrou um processo administrativo junto à União. Após dois meses, ele se dirigiu à repartição pública competente, sendo informado de que o referido feito se encontrava na fase de instrução. Dessa forma, João, formado em Direito, resolveu analisar as normas aplicáveis à referida fase processual, até mesmo para adotar todas as medidas que pudessem auxiliar no deferimento do seu pedido.

Considerando esse cenário e as disposições da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que:

- (A) quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes;
- (B) quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela administração para a respectiva apresentação implicará a aplicação de multa;
- (C) quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de dez dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo;
- (D) os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização;
- (E) o interessado, encerrada a instrução, terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de quinze dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

6. FGV - 2024

Lucas, servidor público federal, foi instado pelo seu superior hierárquico a preparar um parecer que será utilizado no contexto de tomada de uma decisão coordenada. Desta forma, por se tratar de matéria por ele não conhecida, Lucas resolveu estudar a temática afeta às decisões coordenadas.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir.

I. No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.

II. A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias.

III. Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação, relacionados ao poder sancionador e em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

7. FGV - 2024

Diante da necessidade de aprofundar os seus conhecimentos acerca das normas constantes da Lei nº 9.784/1999, Patrícia, em relação ao início do processo do administrativo, verificou corretamente que:

- (A) o processo administrativo não pode ser iniciado de ofício, dependendo de pedido do interessado;
- (B) a lei não pode prever que o requerimento inicial do interessado seja realizado de forma oral;
- (C) os órgãos da Administração não podem elaborar modelos ou formulários padronizados, ainda que para assuntos que importem pretensões equivalentes;
- (D) os requerimentos devem ser formulados individualmente, inclusive quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos;
- (E) a recusa imotivada de recebimento de documentos é vedada à Administração, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

8. FGV - 2024

No exercício de suas atribuições em cargo efetivo do Município Sigma, que não possui legislação própria acerca de processo administrativo, Joana foi instada a analisar as situações em que haveria a viabilidade de se promover a delegação ou a avocação das competências previstas em lei.

Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para cessar determinada delegação devidamente formalizada, a autoridade competente deve promover a respectiva avocação.
- (B) Caso a delegação de competência seja regularmente efetuada, considera-se que o ato foi praticado pela autoridade delegante, a quem a lei confere originariamente atribuição para a sua realização.
- (C) A delegação de competência não exige a subordinação hierárquica entre os agentes, a qual, não obstante, é necessária para as hipóteses de avocação.
- (D) A motivação ou devida justificação é necessária para a delegação de competência, mas não para promover a avocação.

9. FGV - 2024

Com relação à Lei nº 9.784/99, responsável por regular o processo administrativo no âmbito federal, analise os itens a seguir.

- I. Matérias de competência exclusiva.
- II. Decisões de recursos administrativos.
- III. Edição de atos de caráter normativo.

Assinale a opção que indica as situações que vedam a delegação de competência.

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

10. FGV - 2024

Marta e Matheus, servidores públicos, são informados, pelo superior hierárquico, que atuarão em um determinado processo administrativo. Nada obstante, Marta verifica que o seu cônjuge já participou do procedimento na qualidade de perito. Por sua vez, Matheus tem inimizade notória com um dos interessados no referido processo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que

(A) Marta pode participar do processo administrativo, inexistindo hipótese de impedimento ou suspeição. Por outro lado, a inimizade notória de Matheus com um dos interessados no referido processo gera o seu impedimento.

(B) Marta é suspeita de atuar no processo administrativo. Por outro lado, a inimizade notória de Matheus com um dos interessados no referido processo gera o seu impedimento.

(C) Marta é impedida de atuar no processo administrativo. Por sua vez, a inimizade notória de Matheus com um dos interessados no referido processo gera a sua suspeição.

(D) Marta e Matheus são impedidos de atuar no processo administrativo, porquanto as situações narradas caracterizam o impedimento.

(E) Marta e Matheus são suspeitos para atuar no processo administrativo, porquanto as situações narradas caracterizam a suspeição.

11. FGV - 2024

Mário, servidor público federal, constata a existência, no seu acervo processual, de quatro processos administrativos, regidos pela Lei no 9.784/1999, que demandam um maior cuidado. No primeiro processo, o referido servidor tem interesse direto na matéria. Por sua vez, a esposa de Mário participou da segunda relação processual na qualidade de perita. Mário percebeu, ainda, que está litigando, administrativamente, contra o interessado do terceiro processo. Por derradeiro, o irmão do agente público, parente colateral de segundo grau, atuou, como testemunha, na quarta relação processual.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei no 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir:

I. Mário está impedido de atuar no primeiro processo administrativo, por ter interesse direto na matéria.

II. Mário está impedido de atuar no segundo processo administrativo, porquanto sua esposa dele participou como perita.

III. Mário não está impedido de atuar no quarto processo administrativo, pois o parentesco colateral com a testemunha não é causa legal de impedimento.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

12. FGV - 2024

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, os atos do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável. Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando

- (A) o servidor for reincidente.
- (B) houver dúvida de autenticidade.
- (C) o processo envolver altos valores monetários.
- (D) o processo ocorrer em diferentes localidades.
- (E) o processo envolver a participação de estrangeiros.

13. FGV - 2024

Roberval pagou R\$ 30.000,00 para que Sandra certificasse, nos autos de um processo administrativo, que estavam reunidos os requisitos para que ele incorporasse determinada vantagem a seus vencimentos.

Depois de três anos recebendo o benefício, Roberval passa em outro concurso e se exonera do cargo até então ocupado. Passados mais dois anos, a Administração é alertada, pelo tribunal de contas, da nulidade do ato concessivo. Cinco anos depois, ultima a sua anulação. Logo depois, pede, judicialmente, a devolução do valor recebido por Roberval, que, a seu turno, alega a decadência de tal direito de autotutela.

Nesse caso, à luz da Lei nº 9.784/1999, a decadência:

- (A) não se consumou;
- (B) consumou-se cinco anos depois do primeiro pagamento;
- (C) consumou-se cinco anos depois do último pagamento;
- (D) consumou-se cinco anos depois de ser cientificada pelo tribunal de contas;
- (E) consumou-se dois anos e meio depois de ser cientificada pelo tribunal de contas.

14. FGV - 2024

Lucineia, eivada de má-fé, diante de seu intuito de obter determinado benefício pecuniário junto à Administração Pública Federal, apresentou documentação falsa perante as autoridades competentes, sendo-lhe deferido o benefício pretendido. Ocorre que nove anos após o deferimento de tal ato administrativo o Poder Público tomou conhecimento da falsidade da documentação apresentada, razão pela qual almeja promover a anulação do ato em comento na via administrativa.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que (A) ocorreu a prescrição da pretensão do poder-dever da Administração de instaurar o processo administrativo para fins de anulação do ato administrativo que reconheceu o benefício para Lucineia.

(B) a Administração deve ajuizar ação para fins de anular o aludido ato administrativo, pois não pode realizar a invalidação em sede administrativa, não havendo se consumado a prescrição, diante da má-fé de Lucineia para a obtenção do benefício.

(C) não é viável a anulação do ato administrativo em comento seja na esfera judicial ou na esfera administrativa, considerando que se operou a decadência para a invalidação do benefício concedido à Lucineia.

(D) revela-se cabível a anulação do ato administrativo em foco na via administrativa, considerando que a decadência relacionada a tal poder-dever da Administração restringe-se às situações em que o beneficiário está de boa-fé, o que não é o caso de Lucineia

(E) não é possível promover a anulação do ato administrativo em questão na esfera administrativa, diante da necessidade de provimento jurisdicional para tanto, restando, contudo, consumado o prazo prescricional para o ajuizamento da demanda em face de Lucineia.

15. FGV - 2024

João ingressou com um processo administrativo junto à administração pública em âmbito federal. Contudo, após a tramitação regular do feito, a autoridade administrativa proferiu decisão desfavorável aos seus interesses. Em assim sendo, João pretende interpor recurso na esfera administrativa, com base em razões de legalidade e de mérito.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir:

I. O recurso de João será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de trinta dias, o encaminhará à autoridade superior.

II. O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

III. Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.